

Franceschetti movimentou mais de R\$ 500 mil em conta de teste do pezinho

Segundo o delegado Glauco Stocco, 'a máquina de cartão de crédito associada a esta conta era de uso exclusivo dele'

TISA MORAES

Ex-presidente da Apae Bauru, Roberto Franceschetti Filho teria movimentado mais de R\$ 500 mil apenas da conta bancária destinada ao recebimento de valores advindos de testes do pezinho. A entidade cobrava, em seu laboratório, até R\$ 1 mil pelo exame ampliado, que detecta diversas enfermidades em recém-nascidos, como fenilcetonúria, fibrose cística, doença de chagas e hiperplasia adrenal.

"A máquina de cartão de crédito associada a esta conta, encontrada no gabinete do Roberto, era de acesso exclusivo dele. E, nos últimos cinco anos, período que estamos analisando, o valor movimentado foi de R\$ 0,5 milhão", revelou Glauco Stocco, delegado titular do Setor Especializado de Combate aos Crimes de Corrupção, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro (Seccold), durante entrevista concedida por ele e pelo delegado Ricardo Dias, chefe da Divisão Especializada de Investigações Criminais (Deic) de Bauru, ao videocast semanal "E aí, Colim?", do JcNet.

Stocco preside o inquérito sobre os crimes de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa, pelos quais nove pessoas presas, incluindo Franceschetti, são investigadas. O ex-presidente da entidade também é apontado como autor do homicídio da ex-secretária executiva da associação, Claudia Regina da Rocha Lobo, desapa-

SALÁRIO ABSURDO

Roberto Franceschetti ganhava R\$ 30 mil em agosto, quando foi preso

recida em 6 de agosto.

Na entrevista, os delegados revelaram que Gisele Aparecida de Camargo Tavares assumiu a presidência da entidade no fim de 2019 e assinou uma procuração, dando plenos poderes a Franceschetti. Seu primeiro ato, segundo Stocco, foi insistir em salário a ele e à "presidente de fachada", sem que houvesse previsão estatutária. O valor inicial, de R\$ 18 mil, já havia chegado a mais de R\$ 30 mil em agosto, quando foi preso. "É fora de propósito", indigna-se Ricardo Dias.

'FIO DA MEADA'

Os delegados detalharam que a investigação teve início com a perícia de um notebook de Claudia encontrado em sua casa, no qual arquivos da lixeira tinham sido visualizados e apagados após o desaparecimento da ex-secretária. "Um deles era uma planilha do orçamento doméstico, com a descrição de receitas e despesas. Ela tinha um salário líquido de R\$ 5 mil, R\$ 6 mil e mais R\$ 4 mil relacionado ao nome Pêrsio, mas escrito PER SIO, separadamente. A partir disso, identificamos a participação do ex-marido e depois dos demais", detalha.

A equipe da Seccold, inclu-



Glauco Stocco, Ricardo Dias e Alexandre Colim, no estúdio multimídia do Jornal da Cidade/JcNet

sive, analisou mais de 52 mil mensagens trocadas entre Claudia e sua filha, Leticia da Rocha Lobo Prado, no WhatsApp, que permitiram a descoberta de pagamento de salário à Leticia, que realizava apenas atividades esporádicas na Apae e possui dois apartamentos e um carro em seu nome.

Além dela, outros parentes recebiam valores, como Pêrsio de Jesus Prado Júnior, ex-marido de Claudia e pai de Leticia, Diamantino Passos Campagnucci Júnior e Ellen Suza Rocha Lobo, cunhado e irmã de Claudia. Todos foram presos, bem como Renato Tadeu de Campos, policial militar aposentado; Maria Lúcia Miranda, ex-contadora e coordenadora financeira da Apae; Renato Golino, ex-coordenador financeiro da Apae; e Felipe Figueiredo Simões, empresário.

PAPEL DE CADA UM

Campagnucci Júnior, Ellen Lobo e Simões, por exemplo, teriam assinado notas frias pela venda de bens ou serviços fictícios a valores que, segundo a investigação, ficavam parcialmente com Roberto e Claudia. Campos, por sua vez, teria efetuado depósitos mensais de R\$ 10 mil, embora seus vencimentos como PM fossem inferiores. "Ele prestava serviço de segurança privada por meio de uma empresa registrada em nome de sua filha. O contrato era de R\$ 12 mil, ele ficava com R\$ 2 mil e devolvia R\$ 10 mil em uma conta fantasma da Apae, que não entrava na contabilidade e era de acesso exclusivo do Roberto", frisa Stocco. Já Golino ganhou um carro sorteado pela própria entidade de for-

ma não esclarecida, enquanto Prado Júnior era contratado para digitar notas fiscais doadas à Apae por meio do programa Nota Fiscal Paulista.

"A remuneração era de R\$ 0,04 por nota, mas ele recebia salário de R\$ 8 mil, possível só se digitasse 200 mil notas por mês", completa o delegado, acrescentando que Maria Lúcia Miranda recebia R\$ 6 mil mensais de bonificação e era responsável por fazer pagamentos a funcionários registrados na contabilidade como "adiantamentos ao fornecedor", cujos comprovantes não foram apresentados. Em ligação interceptada pelo Seccold, ela foi orientada por Roberto sobre o que falar em seu depoimento quando ele já havia sido ouvido pela Polícia Civil, antes de ser preso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Geral Pagina: 5